

Pieter M. Judson
História do Império Habsburgo

Tradução de Miguel Mata

Índice

LISTA DE MAPAS E ILUSTRAÇÕES	13
NOTA SOBRE NOMES E LUGARES	17
INTRODUÇÃO	19
E as nações?	27
Considerando as experiências imperiais	29
1. O IMPÉRIO ACIDENTAL	35
A criação de um Estado	35
De marginal a global	38
Sexo e império	41
Construção e reforma do Estado	47
Falam os camponeses	56
A Hungria e os Habsburgos	62
Rumo ao Estado, à cidadania e ao patriotismo	67
2. SERVIDORES E CIDADÃOS, IMPÉRIO E PÁTRIA, 1780-1815	71
Os servos da sociedade	75
A reforma	84
Império, integração e colonos	92
De súbditos a cidadãos?	97
Da oposição à rebelião	100
Oposição e nacionalidade	107
A guerra e o novo Estado austríaco	111
O império comum em paz	119

HISTÓRIA DO IMPÉRIO HABSBURGO

3. UM IMPÉRIO DE CONTRADIÇÕES, 1815-1848	125
Estado forte, Estado fraco	128
Crescimento económico e mudança social	135
Visões populares de um Estado forte na Galícia e na Dalmácia	144
Policimento e censura	154
Iniciativas cívicas, obrigações sociais e vida cultural burguesa	158
Línguas da nação, línguas nacionais	169
Nacionalidade e política	175
4. UM IMPÉRIO DE QUEM? AS REVOLUÇÕES DE 1848-1849	181
Um prelúdio inquietante na Galícia	183
Turbulência nas cidades	189
Cultura pública, ritual e transparência revolucionários	204
«Somos cidadãos livres de um Estado constitucional»	217
A Primavera dos povos?	228
Nacionalismo popular?	243
A contra-revolução	245
5. A MODERNIDADE DE MEADOS DO SÉCULO:	
O NASCIMENTO DO IMPÉRIO LIBERAL	249
O lançamento das fundações do império liberal	253
A propaganda à dinastia	266
Visualizando um império liberal	271
Império e povo na década de 50 do século XIX	277
As ambições imperiais na Europa	283
«Sem constituição, não há dinheiro»	284
O nacionalismo ao estilo dos anos 60	291
O acordo	293
A Hungria independente	298
6. GUERRAS CULTURAIS E GUERRAS PELA CULTURA	303
A nação nas guerras culturais da Áustria-Hungria	304
As primeiras guerras culturais e os liberais	310
Cruzadas	317
Os limites do liberalismo	324
Do federalismo ao culturalismo	328
Ideologia, populismo e nacionalidade	335

ÍNDICE

Os activistas do ensino	338
Império, nação e censo	346
«Tempos empolgantes na Áustria»	349
A unidade do Império na diversidade	354
A civilização da «Semi-Ásia» e a crise do liberalismo	359
O <i>Kronprinzenwerk</i>	365
«A nossa única política é a administração»	367
7. O IMPÉRIO QUOTIDIANO, O NOSSO IMPÉRIO, 1880-1914	371
Um novo tipo de Estado para um novo tipo de sociedade	372
A autonomia municipal	380
O render da guarda	390
Ser moderno, ser europeu (e pagar por isso)	395
Do serviço militar ao patriotismo	404
A sociedade de massas e as culturas políticas	411
Um império com futuro?	417
8. A GUERRA E A CONSTRUÇÃO RADICAL DO ESTADO, 1914-1925	427
As crises de Julho	431
A guerra contra a sociedade	434
Denúncias e motins alimentares – a construção do Estado	
a partir de baixo	437
Os novos vizinhos	451
A propaganda ao império	459
A renovação da legitimidade	462
Duas viagens de última hora	474
«Como se não tivesse havido nenhuma revolução»	476
«Estamos em cima de um vulcão»	482
EPÍLOGO	
OS NOVOS IMPÉRIOS	489
AGRADECIMENTOS	501
NOTAS	507
ÍNDICE REMISSIVO	599

Introdução

Nos dias 13 e 19 de Junho de 1911, terça-feira e domingo, em todas as aldeias, vilas e cidades da Áustria imperial, mais de quatro milhões e meio de eleitores foram às urnas para eleger um novo parlamento¹. A campanha foi muito disputada e os activistas lutaram até ao último minuto para garantir votos. Nas semanas que antecederam as eleições, do Voralberg à Bucovina e de Praga a Dubrovnik, o espaço público foi dominado por comícios, programas bombásticos, panfletos incontáveis e sátiras inteligentes².

Os jornais partidários exortaram os leitores que ainda não o tinham feito a dirigirem-se rapidamente aos departamentos governamentais com os seus documentos de identificação para obterem o seu cartão de eleitor (*Legitimation*, em alemão), que deveriam guardar depois de votarem para a eventualidade de haver uma segunda volta no seu distrito. Todos os jornais alertaram para possíveis tramóias de última hora dos seus adversários. Os jornais sociais-cristãos de Graz e Linz pediram aos activistas para continuarem a fazer campanha em todas as ruas e bairros de todos os distritos até a votação acabar. Em Czernowitz/Cernăuți/Cernivci, os partidos nacionalistas burgueses alemães, romenos, ucranianos e polacos exortaram as respectivas comunidades a derrubarem o socialista em exercício. Em Pettau/Ptui, o jornal esloveno *Stajerc* apelou aos seus leitores como «Eleitores! Lavradores, Operários e Artesãos», e exortou-os a apoiarem os seus candidatos na Estíria do Sul³.

Os comentadores e os candidatos são sempre dados a exagerar a importância de um escrutínio. Em retrospectiva, a importância das

eleições de 1911 não seria excepcional, mas a excitação da imprensa regional e a elevada taxa de participação parecem indicar que os eleitores atribuíram muito significado ao acto eleitoral. Um jornal social-democrata captou a essência deste significado ao proclamar: «Quando votarem, estarão a decidir o vosso futuro»⁴.

Ao acorrerem às urnas para decidirem o seu futuro, os austríacos sabiam que também iriam determinar o futuro do império. E alguns, decididos a não abdicarem do seu direito de voto, pagaram o preço máximo, como descobriram em choque os leitores dos jornais, em 20 de Junho, o dia após o fim da votação. Na véspera, na cidade galiciana de Drohobych/Drohobycz, ligada à indústria petrolífera, tinha ocorrido um massacre⁵. Uma multidão de judeus e falantes de ruteno ou ucraniano reuniu-se na praça principal decidida a exercer o seu direito de voto no fim de uma campanha eleitoral disputada de forma muito acérrima. Muitos receavam, com razão, que as autoridades tentassem viciar os resultados a favor de quem estava no cargo, Nathan Löwenstein, e os impedissem de votar no seu candidato, o sionista Gershon Zipper. O primeiro era o candidato dos mediadores políticos judeus da cidade e da elite conservadora do Clube Polaco, que mandavam na Terra da Coroa da Galícia.

Os caciques da cidade instalaram uma única mesa de voto para cerca de 8000 potenciais eleitores. Durante o dia, a polícia só deixou entrar os apoiantes de Löwenstein. A polícia montada afastou por diversas vezes a multidão agitada do local de voto. Os lojistas tinham contado fazer bom negócio com uma multidão festiva de eleitores, mas a turba, na sua frustração, partiu-lhes as montras e causou-lhes outros danos colaterais. À tarde, os soldados enviados pela guarnição de Rzeszów, perto da fortaleza de Przemyśl, acicatados pelos caciques, abriram fogo sobre a multidão. Morreram 26 pessoas, incluindo mulheres, velhos e crianças. Mais tarde, os investigadores determinaram que a maior parte das vítimas mortais tinha sido atingidas nas costas, o que indicou que iam a fugir da tropa.

Esta história dramática e inquietante, além de mostrar até que ponto as autoridades políticas locais estiveram dispostas a ir para manter o seu poder numa era de mobilização eleitoral massificada, também pode ser interpretada como um sinal da intensidade enorme com que as pessoas de uma cidade industrial distante de Viena e

INTRODUÇÃO

Budapeste se envolveram política e emocionalmente com o império. As eleições foram apenas as segundas realizadas desde a adopção do sufrágio universal masculino para as eleições parlamentares, em 1907, e as terceiras desde a concessão do direito de voto aos homens sem património, em 1897. Foi precisamente por causa destas razões que as pessoas consideraram o direito de voto duramente conquistado como crucial para as suas vidas. As eleições realizadas na Terra da Coroa da Galícia tinham fama de corrupção. Os habitantes de Drohobych/Drohobycz sabiam que os homens que governavam a cidade recorreriam a todas as intrujices possíveis para viciar os resultados⁶. No entanto, uma multidão de trabalhadores, diversa em termos étnicos, religiosos e linguísticos, decidiu eleger o seu candidato. Os sionistas e os camponeses rutenos poderão parecer aliados improváveis, em especial por estarmos habituados a ouvir falar, em relação à Áustria imperial, em conflitos entre as diversas comunidades nacionais ou religiosas, mas ambos os grupos atribuíram muita importância às eleições de 1911 para o parlamento, na longínqua Viena, apesar de esta instituição ter muito menos influência na sua vida quotidiana do que o governo da Galícia, sediado em Lemberg/Lwów/Lviv, e os caciques que o representavam. Porque é que naquele dia havia tanta coisa em jogo, em termos simbólicos e concretos, para os habitantes de Drohobych/Drohobycz? O que nos diz isto sobre o lugar do Império Habsburgo e das suas instituições na vida das pessoas?

Para muitos austríacos, o império constituía uma fonte alternativa de poder simbólico e concreto que apesar de talvez não se impor ao poder das elites locais, podia pelo menos moderá-lo. Por exemplo, quando os chefes políticos sionistas e rutenos se queixaram ao Ministério do Interior, em Viena, das práticas eleitorais corruptas, foram efectuadas algumas correcções legais, apesar de Viena não poder eliminar totalmente a injustiça fundamental das condições políticas locais. No dia 19 de Junho, a multidão de Drohobych/Drohobycz usou o seu direito de voto imperial como pressão – ainda que pequena – contra os seus alegados opressores.

As eleições para o parlamento tinham um enorme significado cultural e social no império. Os residentes do sexo masculino e maiores de 23 anos eram os únicos autorizados a votar, mas a presença

de mulheres e crianças entre as vítimas de Drohobych/Drohobycz mostra que naquele dia o império não foi importante só para os eleitores e para os poderosos: foi importante para toda a gente. As restrições ao sufrágio não impediram as mulheres, os jovens e até as crianças de participarem num ritual político, cultural, cívico e, em muitos casos, festivo que congregava milhares de pessoas e ligava a sua comunidade ao resto do império.

Uma análise aos acontecimentos agitados de Junho de 1911 em muitas aldeias e cidades da Áustria imperial mostraria outros grupos de igual modo diversos em termos sociais, religiosos e linguísticos a expressarem a sua voz – em muitos casos, em alianças inesperadas – na construção do futuro do império. Aconteceu a mesma coisa na metade húngara da monarquia dual, apesar das suas enormes restrições ao sufrágio. No entanto, na Hungria, na última década do século XIX houve muitas ocasiões em que pessoas sem direito de voto se mobilizaram em apoio de uma posição ou de um candidato aquando das eleições. No dia do escrutínio, o império funcionava como um ecrã no qual toda a gente projectava as suas convicções, valores, esperanças, frustrações e, sobretudo, a sua visão do futuro. O dia da votação era um ritual crucial do império no qual participavam todas as classes sociais. E as pessoas tinham uma expectativa comum em relação ao processo eleitoral: que as autoridades garantissem a justiça e a legalidade do acto, uma expectativa que as autoridades de Drohobych/Drohobycz frustraram de modo absolutamente gravoso e trágico.

Este livro analisa o envolvimento das sociedades locais da Europa Central nos esforços da dinastia dos Habsburgos para construir um Estado imperial unificado e unificador entre o século XVIII e a Primeira Guerra Mundial. Investiga a contribuição das instituições, das práticas administrativas e dos programas culturais imperiais para a configuração da sociedade local em todas as regiões do império desde finais do século XVIII até às primeiras décadas do século XX, e examina a interacção dos cidadãos de todos os cantos do império com estas diversas práticas e instituições, em muitos casos apropriando-se delas para os seus próprios fins ou reinterpretando-as em função dos seus interesses. No seu conjunto, estes processos complexos de construção imperial ofereceram aos cidadãos do

império experiências colectivas que transcenderam as divisões linguísticas, religiosas e regionais.

A violência registada em Drohobych/Drohobycz em 1911 é apenas um dos muitos exemplos que demonstram que uma abordagem à história imperial do ponto de vista das instituições, das práticas e das culturas partilhadas contesta e reescreve as narrativas baseadas na nação às quais os estudiosos do Império Habsburgo estão acostumados. A colocação do império no centro das investigações, em vez de se olhar para os grupos linguísticos ou para as nações etnicamente definidas como os tijolos da História, privilegia um tipo diferente de narrativa para a história da Europa Central e de Leste. As diferenças regionais, linguísticas, religiosas ou étnicas – que muitos contemporâneos, por volta de 1900, designavam por «nacionais» – existentes na sociedade não determinavam a prática política na Europa Central habsburga de forma facilmente previsível. Por exemplo, a multidão de Drohobych/Drohobycz, sobre a qual os soldados dispararam, era multirreligiosa e multilingue. Ao afirmarem o seu direito de voto, pelo menos naquele dia, as pessoas não interpretaram principalmente as suas diferenças políticas em termos étnicos ou nacionais convencionais – judeus *versus* rutenos *versus* polacos. A luta de 19 de Junho foi um combate populista entre as pessoas comuns e os caciques que tentaram privá-las dos seus direitos enquanto cidadãos imperiais. Noutras situações, verificaram-se outras alianças.

É certo que muitos governantes, estadistas, burocratas, conselheiros militares ou cientistas contribuíram para garantir a ascensão e o sucesso do Estado imperial habsburgo, mas este processo também foi continuado e envolveu a mente, o coração e a energia de muitos dos seus cidadãos a todos os níveis da sociedade. Este livro centra-se na relação entre o Estado e a sociedade, analisando a construção do Império Habsburgo a partir de várias direcções: a construção do Estado de cima para baixo e de baixo para cima. Refiro-me ao Estado como sendo muito mais do que o reino da política definido de forma abstracta, ou do que um conjunto de instituições separadas da sociedade. O Estado que analiso refere-se a um conjunto vasto e diverso de práticas culturais, religiosas e sociais, e a sociedade constitui um espaço igualmente importante de actividade política.

No século XVIII, os governantes habsburgos procuraram estabelecer um conjunto unificado e centralizado de instituições nos diversos territórios que governavam, muitos dos quais funcionavam essencialmente com as suas próprias leis, instituições e tradições administrativas. A centralização e unificação do novo império eram cruciais para projectar o estatuto de grande potência e resistir com eficácia aos ataques dos seus muitos inimigos. Contudo, ao mesmo tempo, o Estado habsburgo – tal como outros Estados em desenvolvimento na Europa – teve de inspirar nos seus povos um apego emocional, encorajando-os a ligarem os seus interesses individuais ou colectivos aos interesses imperiais.

O livro começa por descrever e analisar uma vasta gama de experiências administrativas e culturais lançadas por monarcas setecentistas, Maria Teresa e os filhos, José II e Leopoldo II, desde a diminuição das corveias do campesinato à tributação da nobreza. Estas medidas geraram bastante apoio ao império por parte dos camponeses de várias regiões do império. Os capítulos posteriores analisam as subsequentes iniciativas de construção do Estado levadas a cabo pelos seus sucessores imperiais: o absolutismo liberal nos anos 30 do século seguinte, as experiências constitucionais de 1848 e da década de 60, o acordo dualista de 1867, as experiências com outros «acordos nacionais» depois de 1900, o sufrágio universal masculino na metade austríaca da monarquia em 1907, a federalização em Outubro de 1918 e a adopção, pelos Estados sucessores, de algumas leis e práticas habsburgas em 1919 e 1920.

Estes marcos na história dos Habsburgos são bastante conhecidos e o livro segue, com uma única excepção, uma periodização relativamente convencional. A diferença é a forma como explico estes marcos, onde situo os factores causais e, sobretudo, como eles interagem com as iniciativas e com o apoio da sociedade, que também os geram. Em cada um destes períodos históricos conhecidos, os Habsburgos procuraram forjar um império unificado com fins unificados, mas fizeram-no de formas que demonstraram uma criatividade e uma flexibilidade notáveis na prática ao mesmo tempo que continuaram a dizer que o poder do império permanecia inalterado e coeso. A construção do Estado imperial decorreu em – e respondeu necessariamente a – condições locais, imperiais e europeias sujeitas

INTRODUÇÃO

a mudanças radicais que exigiram estratégias ágeis que dependeram do apoio de diferentes aliados sociais.

Só por si, as visões, as políticas, os recuos tácticos ou os compromissos estratégicos do regime imperial não nos dizem muito acerca dos significados do império para a sociedade local. No entanto, desde a primeira hora, as políticas habsburgas de construção do Estado procuraram o apoio implícito, e por vezes explícito, de um conjunto muito alargado de grupos e actores sociais. No século XVIII, por exemplo, o campesinato e a classe média culta – por motivos muito diferentes – consideraram-se beneficiários indirectos das reformas implementadas pelos Habsburgos. Em muitos casos, responderam de forma activa e oportunista aos espaços criados pelas políticas imperiais na vida pública – como sucedeu com o fim das instituições agrárias feudais ou com a criação da burocracia imperial – com o objectivo de promoverem vigorosamente os seus interesses, assinalando o seu apoio condicional ao império e às suas instituições.

Graças aos desenvolvimentos criativos no direito, na economia e na educação antes da Revolução Francesa, em 1789, o regime habsburgo desenvolveu um modelo de cidadania imperial comum que prometeu implicitamente igualdade perante a lei e obrigações iguais aos seus súbditos (que em breve se tornariam cidadãos). Este conceito de cidadania universal foi, até certo ponto, a consequência inadvertida dos esforços dos Habsburgos para criarem uma classe mais produtiva de contribuintes fiscais independentes a partir dos servos camponeses da nobreza local. Um campesinato livre com obrigações fiscais constituiria um recurso muito maior para o Estado, falho de dinheiro e com ambições de grande potência. Mas a libertação do campesinato também significou a diminuição dos poderes locais da nobreza e deixou muitos nobres sem os recursos necessários para trabalharem as suas terras. Os camponeses e os aristocratas rurais compreenderam o que estava em jogo nos esforços reformistas dos Habsburgos.

No princípio do século XIX, os Habsburgos alargaram a promessa de igualdade cívica jurídica aos homens e mulheres de todas as classes sociais em vários códigos legais que culminaram no Código Civil de 1811, que foi aplicado a grande parte do império. No entanto, a igualdade perante a lei não implicou igualdade social ou cultural.

O estatuto assente em hierarquias refinadas de educação e classe permaneceu omnipresente na vida pública e reflectiu-se na complexa hierarquia de graus do funcionalismo público, cada vez mais aberto aos membros da classe média qualificada, tornada visível através dos uniformes dos funcionários públicos. No século XVIII, os Habsburgos também desenvolveram políticas sociais de reforço do sentimento de igualdade de cidadania ao promoverem o patriotismo em relação ao Estado e o respeito pela ordem social. A educação primária universal em línguas vernáculas, a criação de uma burocracia imperial recrutada principalmente entre a classe média qualificada, o estabelecimento de uma magistratura independente e a promoção do comércio livre no império também contribuíram para quebrar o poder da aristocracia regional e promover o estatuto de grande potência da Áustria. Além disso, estas políticas proporcionaram aos seus beneficiários da sociedade austríaca um interesse mais palpável no império. No fim das Guerras Napoleónicas, de Trieste/Trst, no ocidente, a Brody, no oriente, as provas mostram que muitos grupos sociais já estavam intimamente identificados com o império, desde os camponeses sem terra aos comerciantes envolvidos no comércio internacional, e dos párocos locais aos burocratas distritais. O patriotismo imperial também se tornou uma força crescente no Império Austríaco, fundado em 1804, apesar de muitos patriotas locais definirem o império em função dos seus interesses regionais.

Em meados do século XIX, muitas pessoas, incluindo obviamente muitos nacionalistas, definiam especificamente as suas visões económicas ou os seus programas políticos em função dos benefícios a obter do quadro imperial comum. A reforma constitucional estimulou a mobilização da sociedade local para a participação directa nas instituições imperiais, canalizando o seu activismo dinâmico para instituições políticas, cívicas e culturais notavelmente similares em todo o império. A implementação de vereações municipais eleitas pelos cidadãos, em meados do século XIX, já para não falar nas eleições regulares para as dietas regionais e para o parlamento imperial, integraram cada vez mais pessoas numa vida pública cuja natureza era determinada pelas instituições imperiais.

A reforma dos ensinos primário, secundário e universitário, nos anos 50 e 60 do século XIX, também veio reforçar os benefícios

potenciais do império para diversas comunidades. Para os praticantes académicos e amadores das ciências naturais e sociais, a ideia fundamental de um espaço imperial regularizado e integrado moldou as questões e as abordagens metodológicas da investigação no século XIX. Os historiadores da ciência demonstraram recentemente que as tentativas de explicação das dimensões espaciais e da diversidade demográfica do Império Habsburgo em termos naturais influenciaram o desenvolvimento de vários campos científicos, desde a meteorologia à sismologia e à antropologia⁷. Em 1883, com o patrocínio do príncipe herdeiro Rodolfo, o governo da Áustria-Hungria deu início a um vasto projecto destinado a revelar a diversidade e as dimensões do império. O objectivo foi a recolha de estudos sobre a enorme diversidade da geologia, da flora, da fauna e das populações do império num conjunto de volumes ilustrados acessíveis ao público por subscrição: foi o *Kronprinzwerk*. Esta labuta científica não se limitou a reflectir um império; forjou uma visão explícita de um império particularmente habsburgo que unia diferentes culturas ao mesmo tempo que promovia o seu desenvolvimento autónomo⁸.

E as nações?

No último terço do século XIX, o Império Habsburgo afirmou cada vez mais a sua capacidade singular para criar uma unidade produtiva a partir da diversidade cultural dos seus povos. Porque foi esta questão importante? Será que a monarquia habsburga era fundamentalmente mais diversa em termos culturais ou sociais do que outros Estados contemporâneos europeus? A segunda metade do século XIX assistiu à ascensão de movimentos políticos nacionalistas poderosos em toda a Europa. Estes movimentos tenderam cada vez mais a explicar o carácter distinto das suas nações em termos culturais, simbolizados pelos seus usos linguísticos e práticas religiosas diferentes, ideias muito influenciadas pelas versões popularizadas dos escritos de Johann Gottfried Herder (1744-1803). Em 1900, muitos nacionalistas já argumentavam que as diferenças nacionais eram efectivamente intransponíveis e que as comunidades nacionais

deviam ter o direito autónomo de se cultivarem e de se organizarem politicamente, uma argumentação reminescente das ideias liberais relacionadas com os direitos naturais do indivíduo.

No Império Habsburgo, a argumentação nacionalista desenvolveu-se com frequência em relação a espaços institucionais específicos como os tribunais ou as escolas criadas pelo império. Por exemplo, muitos combates políticos nacionalistas de finais do século XIX centraram-se especificamente no uso e nos direitos da língua na vida pública. Começaram por incidir nas tradicionais práticas habsburgas de publicar decretos ou ministrar a educação primária em línguas vernaculares, mas na década de 60, quando as legislaturas austríaca e húngara aprovaram legislação constitucional, ancoraram as expectativas tradicionais sobre a língua no direito constitucional, o que por sua vez criou muitos espaços férteis para o desenvolvimento de uma política assente no cumprimento de promessas relacionadas com a igualdade linguística.

Este livro trata o nacionalismo político na Europa Central dos Habsburgos como um produto de estruturas imperiais e tradições regionais, e não como uma expressão *sui generis* de grupos étnicos trans-históricos, como argumentaram os activistas do século XIX. É verdade que os historiadores rejeitaram há muito este tipo de explicação, mas não têm tido muito sucesso a desenvolver explicações que relacionam de um modo produtivo os conceitos de império e nacionalidade. Os conceitos de nacionalidade e as ideias de império viviam numa dependência mútua por uma questão de coerência. Como temas intimamente interligados, desenvolveram-se num diálogo mútuo e não como opostos binários. Em 1900, muitos ideólogos do império tinham convicções nacionalistas, e os nacionalistas procuravam regularmente soluções políticas no quadro jurídico do império. Os movimentos nacionalistas organizados em torno de ideias de diferença cultural tiveram um papel crucial em muitas das instituições políticas e sociais do império, mas a sua proeminência na alta política não os tornou necessariamente centrais nas questões da vida quotidiana. As nações eram mais importantes para as pessoas quando lhes parecia que os seus direitos culturais fundamentais estavam ameaçados (geralmente por outra nação). Mas antes de poderem ter influência, os nacionalistas tiveram de